

José Vitor Lemes Gomes
Organizador

Estudos sobre comportamento político na Microrregião de Divinópolis



José Vitor Lemes Gomes
Organizador

**Estudos sobre comportamento
político na Microrregião de
Divinópolis**



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB

UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E82

Estudos sobre comportamento político na Microrregião de Divinópolis / José Vitor Lemes Gomes (Organizador). – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023.
87p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-08-2

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756082>

1. Divinópolis-MG. 2. Política educacional. I. Gomes, José Vitor Lemes (Organizador). II. Título.

CDD 918.151

Índice para catálogo sistemático

I. Divinópolis-MG



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

No dia 19 de maio de 1943, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, em um discurso solene para o Congresso Americano, em Washington, nos Estados Unidos da América, o então primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, afirmou que “A democracia é a pior forma de governo...”¹. A frase nos soa estranha, quando colocada, assim, fora do contexto, pois muitos de nós acreditam que a democracia é o melhor sistema de governo para as sociedades atuais, em contextos diversos de cultura. Churchill, um político ranzinza e astuto, com ironia britânica refinada e muita sabedoria, quis nos dizer que a democracia “é a pior forma de governo, exceto por todas as outras formas que já foram tentadas na história”.

Tirania, monarquia, democracia, república, principado, despotismo, etc., as formas de governar são muitas e todas elas são complexas. Para garantir a governança, algumas formas são extremamente ditatoriais e outras são plenamente democráticas. Há ainda aquelas que ficam no meio do caminho. Ou seja, há níveis diferentes de democracia, uma vez que há sociedades díspares na forma de implementá-la. Contudo, constatamos, se olharmos para os países ocidentais modernos e hegemônicos, politicamente falando, que o regime democrático vige, satisfatoriamente, em todos eles. Há um grupo de países, dentre eles o Brasil, em que o regime democrático sempre experimentou altos e baixos.

Pode-se dizer que de 1985 para cá, não entrando nas questões históricas da nossa formação sociopolítica, estamos solidificando uma forma de governo democrático que tem passado neste curto espaço de tempo por provações diárias. Tivemos nestes poucos anos de democracia plena dois impeachments, escândalos de toda ordem no Congresso Nacional, reformas políticas, tentativa de golpe, crises econômicas, embates entre os três poderes da República e muitas outras questões que sempre colocaram contra a parede o sistema democrático. Apesar de ter sofrido toda sorte de ataque, nossa democracia sobrevive, posto que ela já é adulta o suficiente para combater aqueles que a querem destruí-la ou modificá-la a fórceps.

No sistema democrático pleno, os(as) cidadãos(ãs) fazem valer a sua vontade, governando de maneira indireta, ou seja, de forma representativa. A participação dos(as) cidadãos(ãs) se dá de forma direta, através de eleições livres e regulares de tempos em tempos. Portanto, a eleição cumpre uma função de selecionar os representantes dos(as) eleitores, que ao fazerem suas escolhas estão outorgando poder a um político ou ao seu partido para dirigir o país. Configura-se, assim, uma relação muito próxima entre o(a) eleitor(a) e seu(sua) representante eleito(a).

Para entender um pouco desta relação, extremamente, intrincada entre eleitor(a) e político, justifica-se a leitura dos três textos acadêmicos produzidos no ambiente acadêmico, cujo ponto em comum entre eles são as eleições de 2022 no Brasil. Este tipo de conhecimento precisa circular extramuros acadêmicos, pois ele poderá despertar e seduzir o(a) leitor(a) a buscar novos conhecimentos

¹ Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTY1Mjcy/>. Acesso em: 22 set. 2023.

para melhor compreender seu papel na democracia. Os(As) autores(as)-pesquisadores(as) dos textos trazem à tona um referencial teórico consistente para embasar suas discussões e análises. Ressaltamos que os temas tratados são relevantes, pois eles nos permitem entender um pouco sobre: 1) como se deu a relação entre o marketing e o comportamento político dos(as) estudantes da UEMG/Cláudio na eleição de 2022; 2) as emendas orçamentárias e a reeleição de deputados federais na microrregião de Divinópolis (MG) em 2022; e 3) como é o comportamento eleitoral entre as beneficiárias do Auxílio Brasil, no mesmo ano. Os temas nos são caros e bem atuais.

A leitura dos textos nos permite compreender a complexidade que há na intrincada relação entre eleitor(a) e político(a), entre eleitor(a) e marketing político, entre eleitor(a) e beneficiárias de auxílios sociais. Há nuances que só vêm, à tona, quando pesquisadores(as) se debruçam sobre os dados coletados em suas pesquisas, que objetivam, via de regra, compreender um pouco do eleitorado quando este é submetido a propagandas sutis e bem elaboradas para cativá-lo, persuadi-lo, enfim, para levá-lo a votar em x ou y candidato ou ainda investigar como os(as) eleitores(as) agem quando são beneficiados, indiretamente, pelo dinheiro público. Algumas questões de natureza socioeconômica e de desempenho parlamentar mostram que há uma relação intrínseca entre democracia e economia, assunto que pode ser explorado em pesquisas futuras.

Questões singulares, relacionadas ao comportamento humano, emergem quando tratamos de interesses pessoais, quando determinado grupo de cidadãos(ãs) é agraciado por um ou outro auxílio, passamos a uma análise mais favorável dos políticos que estão à frente da distribuição de benesses. Portanto, as conclusões apresentadas nos textos levam-nos a pensar na intrincada teia de interesses que movem os(as) eleitores(as) e seus(suas) representados(as) na democracia, uma vez que o(as) eleitor(a) tem direito de escolha. Não se pode perder de vista que somos uma sociedade marcada por uma pluralidade cultural, social e econômica que, via de regra, leva a comportamentos variados diante dos acontecimentos sociais e macroeconômicos nacionais. Portanto, podemos dizer que na democracia o conflito de interesses, tanto dos(as) eleitores(as) quanto dos políticos, faz-se presente e necessário.

Retomando Churchill, a democracia é imperfeita, mas em sua imperfeição, ela permite aos(às) cidadãos(ãs) se sentirem pertencentes ou pelo menos colaboradores(as) indiretos(as), apesar de todas as imperfeições do sistema eleitoral brasileiro. Estamos nos tornando uma democracia plena com o amadurecimento das nossas instituições de controle de conflitos. Para gerenciá-los temos uma Constituição Federal, mesmo que ela tenha sido emendada inúmeras vezes nos últimos anos. Em seu preâmbulo, a saber: Art. 1º - “Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, vemos que o povo é alma do sistema democrático.

Os textos revelam que a universidade, enquanto produtora de um saber em construção, deve compartilhar o saber, uma vez que ele revela aspectos importantes de situações que estão muito próximas de nós. Eleições são calorosas, convidativas e sempre produzem discussões inflamadas em todas as

camadas da sociedade brasileira. Do barzinho da esquina ao ambiente universitário, os(as) eleitores(as) manifestam-se sobre seus interesses, portanto sobre seus políticos/partidos de preferência.

Por fim, ao conhecer um pouco o que pensa nossos(as) discentes-eleitores(as) e os(as) eleitores(as) que estão no entorno da universidade, à luz de teóricos, os(as) pesquisadores(as) estão cumprindo seu papel social que é interagir com a comunidade circundante a fim de conhecê-la melhor. A democracia só é viva quando os(as) cidadãos(ãs) participam da sua construção. Nossa democracia não pretende ser perfeita. Sabe-se que ela não é um regime sem defeitos ou problemas, mas de todas as formas de poder conhecidas, ela tem se mostrado vigorosa, uma vez que ela permite aos(às) cidadãos(ãs) sentirem-se parte importante dela.

Maurício José de Faria

Prof. da UEMG/Cláudio, out. 2023.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo I	8
Marketing e comportamento político entre os(as) estudantes nas eleições de 2022	8
Capítulo II	43
Emendas orçamentárias e a reeleição de deputados federais: um estudo na microrregião de Divinópolis	43
Capítulo III	66
O comportamento eleitoral entre beneficiárias do auxílio brasil	66
Índice Remissivo	86
Sobre o organizador	87

Emendas orçamentárias e a reeleição de deputados federais: um estudo na microrregião de Divinópolis

José Vitor Lemes Gomes¹

Kaíque José Abreu Assis²

Rafael Geraldo Resende Meireles³

INTRODUÇÃO

As Transferências Especiais são uma espécie de Emenda Individual ao Orçamento, promulgada pela Emenda Constitucional nº 105/2019. As Transferências Especiais são “...recursos repassados independentemente da celebração de convênios ou ajustes congêneres, e devem ser aplicados em programações finalísticas das áreas de competências do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observadas algumas vedações” (Almeida, 2022, p. 7).

Essa pesquisa visa responder o seguinte problema: os deputados federais que encaminharam mais emendas por Transferências Especiais e maior quantidade de recursos, para a microrregião de Divinópolis, durante a 56ª legislatura, foram os mais votados na microrregião, na eleição de 2022, ao buscarem a reeleição? Considera-se a hipótese de que sim, ou seja, os deputados federais, que procuravam se reeleger e que encaminharam mais Transferências Especiais e um quantitativo maior de recursos para a microrregião de Divinópolis, durante a 56ª legislatura, receberam mais votos na eleição de 2022.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a possível associação entre o número e maior quantidade de recursos de emendas por Transferências Especiais por cada deputado federal, para a microrregião de Divinópolis, durante a legislatura 2019-2022, e o desempenho eleitoral dos deputados proponentes que buscaram a reeleição em 2022. Assim visando alcançar o objetivo geral apresentado, tem-se como objetivos específicos:

- a) Levantar as emendas por Transferências Especiais destinadas a cada município da microrregião de Divinópolis, durante a 56ª legislatura da Câmara Federal, identificando os deputados proponentes.
- b) Levantar os resultados das eleições 2022 para deputado federal nos municípios da microrregião de Divinópolis.
- c) Avaliar se os deputados mais votados em 2022, em cada município, são aqueles que encaminharam mais emendas para o município em questão – através de Transferências Especiais.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UFJF. Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Cláudio)

² Graduando em Administração na UEMG/Cláudio.

³ Graduando em Administração na UEMG/Cláudio.

d) Avaliar se os deputados mais votados em 2022, na microrregião de Divinópolis, são aqueles que encaminharam mais emendas para os municípios da microrregião em geral.

A pesquisa se justifica devido à relevância social da transferência de recursos públicos para os municípios e à importância da democracia como regime político que propicia aos cidadãos escolher os candidatos que contribuem para o desenvolvimento das cidades. Considerável parte dos recursos financeiros que os municípios brasileiros possuem para financiar obras públicas, promovendo ações de infraestrutura e urbanismos, além de disponibilidade orçamentária para aquisição de equipamentos, advém do governo federal através de emendas orçamentárias indicadas por deputados federais.

Nas eleições federais são escolhidos os parlamentares que irão compor a Câmara dos Deputados. Esses deputados, através de partes do Orçamento da União, indicarão emendas aos municípios objetivando a construção de políticas públicas. Portanto as emendas destinadas ao município são importantes para sua população, desse modo é justificável compreender se a população local reconhece a importância dos deputados que destinaram emendas para o município através do voto.

REVISÃO TEÓRICA

As emendas individuais ao orçamento representam para as administrações municipais formas de realizar os investimentos em políticas públicas de forma célere e menos burocrática, haja vista que não exige a necessidade de aprovação de plano de trabalho e assinatura de instrumento jurídico para o crédito do recurso, bastando somente aceite e indicação de instituição financeira para ser creditado. Limongi e Figueiredo (2005) argumentam que

No que se refere à arena eleitoral, o argumento baseia-se naquela que seria a necessidade básica de todo e qualquer político: encontrar os meios necessários a fim de garantir sua reeleição. Para tanto, de acordo com a cartilha vigente, existiria uma estratégia que garantiria aos políticos maior retorno eleitoral, qual seja, a de levar benefícios tangíveis a redutos claramente definidos. O eleitor, em reconhecimento ou, melhor dizendo, como pagamento aos serviços prestados, retribuiria com seu voto (Limongi; Figueiredo, 2005, 738).

As emendas individuais foram introduzidas pela Constituição de 1988 como uma forma de descentralização de recursos financeiros da União para os entes subnacionais (Almeida, 2022). De acordo com Almeida (2022), entre 2015 e 2018, as emendas individuais corresponderam a percentuais entre 32% e 53% transferências discricionárias a municípios.



Gráfico 1. Transferências voluntárias a municípios. Fonte: Almeida, 2022, p. 5.

As transferências especiais são uma modalidade de emenda individual ao orçamento. Através delas, os recursos são repassados independentemente da celebração de convênios, devendo ser aplicados em projetos executados pelas prefeituras municipais de acordo com a Emenda Constitucional nº 105/2019.

Segundo Almeida (2022, p. 6), as emendas associadas às Transferências Especiais “caracterizam-se pela inclusão, na LOA⁴, de um crédito sem finalidade definida, ausente a identificação do objeto do gasto, bastando tão somente a indicação do ente beneficiário”. A aplicação do recurso é definida pelo poder executivo do ente federado beneficiado.

Muitos estudiosos das áreas de Ciência Política, Administração Pública e Economia já produziram diversos trabalhos científicos e acadêmicos comparando a indicação de emendas individuais ao orçamento e o rendimento eleitoral de deputados candidatos à reeleição na Câmara Federal. Porém, até o presente momento, não foi identificada publicação de estudo que compare as Transferências Especiais com o resultado do pleito. Isto posto pelo simples fato de a modalidade de emenda individual ter sido criada pela EC 105/2019, sendo, portanto, o pleito de 2022 a primeira eleição geral após a criação da modalidade de transferência. Por isso, para esse referencial foram adotados os estudos realizados a respeito das emendas individuais, em geral, e sua conexão eleitoral.

A princípio é necessário enfatizar que, conforme Sanfelice (2010), o resultado do pleito eleitoral no Brasil não depende exclusivamente do número de votos que cada candidato recebe nas urnas, estando o sucesso do pleito condicionado a fatores partidários. Isso porque o candidato depende do número de cadeiras que o partido faz para poder ser eleito. É por esse regramento eleitoral brasileiro que não é raro identificar nas eleições candidatos de partidos diferentes em que o menos votado se elege enquanto o outro mais votado não alcança uma cadeira em detrimento ao rendimento geral do seu partido (Sanfelice, 2010, p. 12).

⁴ Lei Orçamentária Anual que estabelece os orçamentos da União. Estima as despesas e fixa as despesas do governo federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>.

Pereira e Rennó (*apud* Sanfelice, 2010, p. 18) consideram que os parlamentares utilizam as emendas orçamentárias para expandir a sua visibilidade em suas bases eleitorais quando buscam a reeleição. Confirmando o que já havia sido demonstrado por Ames, Baker e Rennó, e Lemos e Ricci (*apud* Baião; Couto; Jucá, 2016, p. 15) quando considera que os repasses financeiros “(são) um imperativo da sobrevivência política no país”.

Os estudos da eficiência individual de cada deputado já são alvo de estudos desde 1978, quando Cain, Farejohn e Fiorina (*apud* Baião; Couto; Jucá, 2016, p. 17) afirmam que o voto é determinado pela individualidade de cada candidato. Porém “Os deputados, por sua vez, ao serem perguntados sobre a importância eleitoral do partido vis-à-vis a importância de seu desempenho pessoal, atribuem um peso muito maior a este último” (Lemos; Ricci, 2011 *apud* Baião; Couto; Jucá, 2016, p. 17).

Desta forma podemos identificar que em alguns estudos é possível verificar que os fatores determinísticos não são apenas as indicações individuais. Sobre o tema Baião, Couto e Jucá (2018) consideram ainda que outros fatores, sem deixar de dar relevância as indicações, são importantes tais quais o rendimento eleitoral nos municípios em que existem proximidades com o prefeito, principalmente no caso de o chefe do executivo municipal e o candidato fazerem parte do mesmo partido político, o que demonstra maior grau de afinidade (Baião, Couto, Jucá, 2018). Algumas informações são importantes para análise da relevância dos fatores para reeleição. Inclusive da forma como considera Sanfelice (2010, p. 26),

...do total de emendas individuais municipais executadas de 1996 a 2007 apenas 1,29% foram direcionadas a municípios fora do estado pelo qual o deputado autor da emenda foi eleito. Neste mesmo período, considerando somente as emendas municipais de deputados que concorrem à reeleição, verifica-se que apenas 1,02% são executadas em municípios fora dos estados pelos quais os parlamentares se candidataram à reeleição.

Assim com a análise de informações extraídas dos estudos de Sanfelice (2010), podemos chegar as mesmas conclusões estabelecidas pela autora, a saber: “os parlamentares consideram os recursos orçamentários importantes para acessar seus eleitores e portanto, direcionam a grande maioria das emendas para municípios do estado que representa seu distrito eleitoral” (Sanfelice, 2010, p. 26-27), já que se as emendas individuais não fossem consideradas pelos deputados e seus gabinetes determinantes para o voto seria bem maior o percentual de indicação para municípios em outros entes federativos diferentes do qual o deputado foi eleito.

Em seus estudos, Sanfelice considera que de fato a incidência das indicações individuais ao orçamento causa feitos nos municípios beneficiados.

Verificou-se que existe um efeito local das emendas sobre os eleitores e tal efeito é refletido pelo aumento de votos obtidos pelo parlamentar no município. Adicionalmente, pode-se dizer que a provisão de recursos por meio do orçamento federal faz parte da manutenção da relação que o candidato estabelece com o município. Esta relação, por sua vez, tem elevado poder para explicar votos (Sanfelice, 2010, p. 26).

Lago e Rotta (2014) consideram diversos fatores preponderantes para a campanha eleitoral, principalmente, que a interferência positiva das indicações orçamentárias individuais é alcançada não somente quando o candidato a reeleição ganha o pleito. Diversos contextos afetam a vitória nas urnas. Então dessa forma, a manutenção dos votos mostrando uma permanência dos índices nos municípios em que houve investimentos demonstra a sua importância, pois sem a alocação de recursos existiria uma grande queda dos números nas urnas.

Ao mesmo tempo, é nítida a importância de investimentos em novos municípios visando a expansão da visibilidade do candidato. Lago e Rotta (2014) afirmam mais uma vez que

[...] quanto mais o deputado preocupa-se em “retribuir”, com recursos de suas emendas, aos municípios que mais lhe deram votos, menos as emendas têm impacto positivo sobre suas chances de conquistar eleitores nesses mesmos municípios na eleição seguinte, em comparação às suas chances de conquistar votos nos municípios que não receberam emendas. Emendas orçamentárias só estão positivamente associadas ao aumento das chances de obtenção de votos (IIIE maior que 1) se forem efetivamente liberadas e se forem destinadas para municípios que não estejam entre os que mais contribuíram para a eleição do deputado no pleito anterior (Lago; Rotta, 2014, p. 155).

Assim os principais expoentes do tema que foi citado neste referencial consideram a importância das emendas individuais no orçamento no que diz respeito a sua conexão com o desempenho eleitoral dos deputados federais candidatos à reeleição. Outros fatores, como foi exposto, são relevantes e condicionantes, principalmente liquidação e pagamento das emendas, e todos eles em conjunto são indicadores do rendimento eleitoral dos candidatos.

METODOLOGIA

Essa pesquisa possui finalidade descritiva. De acordo com Gil (2014), o método descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste caso, trata-se de descrever a quantidade de Transferências Especiais e seu montante de cada deputado federal para as cidades da microrregião de Divinópolis.

A pesquisa proposta adota a abordagem quantitativa. De acordo com Richardson (2014, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas mobilidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Trata-se de avaliar a quantidade de Transferências Especiais, bem como o seu montante em termos monetários, e a votação de cada deputado.

Os dados sobre as Transferências Especiais de cada deputado foram obtidos na Plataforma Mais Brasil. A pesquisa ainda tem a finalidade de descrever a quantidade de votos recebida por esses deputados em cada município, bem como na microrregião como um todo. Os dados sobre a votação de cada deputado foram obtidos nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Além disso, a pesquisa visa analisar as possíveis associações entre as duas

variáveis – quantia de transferências e votação de cada deputado. Portanto trata-se de comparar as duas variáveis no intuito de compreender se mais transferências acarretam mais votos.

As Técnicas de Pesquisa se resumem a algumas proposições, tais como: 1) Pesquisa bibliográfica, ou seja, levantar o que já foi publicado sobre o tema na literatura especializada; 2) Pesquisa documental, ou seja, descrever as leis e os decretos que regem as emendas orçamentárias, especificamente as Transferências Especiais; 3) Levantamento de dados através do IBGE Cidades⁵ para descrever as condições econômicas e geográficas de cada município da amostra; 4) Levantamento das emendas orçamentárias – especificamente as Transferências Especiais – para cada município da microrregião de Divinópolis na Plataforma Mais Brasil⁶; 5) Levantamento dos resultados eleitorais dos candidatos à reeleição para deputado federal nos sites do TSE⁷ e TRE⁸.

RESULTADOS

A microrregião de Divinópolis é composta por 11 municípios localizados na mesorregião Oeste de Minas. Além do município de Divinópolis, a microrregião inclui os municípios de Carmo Cajuru, Cláudio, Conceição do Pará, Igaratinga, Itaúna, Nova Serrana, Perdigoão, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste. A tabela a seguir apresenta alguns dos dados dos municípios.

Analisando os dados da tabela acima, é possível identificar que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-2010) médio da região está abaixo do índice estadual. Considerando o território da Microrregião, ele corresponde a aproximadamente 0,86% da totalidade da unidade federativa, correspondendo ainda a aproximadamente 2,24% da população de Minas Gerais. O município mais populoso da microrregião é Divinópolis, com 213.016 habitantes, sendo também o mais povoado, com aproximadamente 300 habitantes/km².

A microrregião é parte importante na economia do Estado. Dentre as principais atividades responsáveis pela fonte de renda da população é possível destacar a siderurgia, a metalurgia, a agropecuária, a indústria de confecções, de calçados e de fogos de artifício, dentre outros. Em seu território está localizada a Capital Nacional dos Fogos de Artifício, Santo Antônio do Monte, responsável pela maior parte da produção no Brasil. Ainda é necessário registrar a importância econômica de Nova Serrana, considerada a Capital Nacional do Calçado Esportivo. Outro dado economicamente importante é que Cláudio é reconhecida como maior polo de fundições e metalúrgicas da América Latina.

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

⁶ Disponível em: <https://portal.plataformamaisbrasil.gov.br/maisbrasil-portal-frontend/>

⁷ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2022>.

⁸ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2022>.

Tabela 1. Dados dos municípios da microrregião de Divinópolis. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE – consulta em 2022.

CIDADES	POPULAÇÃO	ÁREA (km ²)	PIB per capita	IDH
Carmo do Cajuru	20.012	455,81	R\$ 20.781,11	0,710
Cláudio	25.771	630,71	R\$ 27.338,90	0,709
Conceição do Pará	5.158	250,31	R\$ 49.991,70	0,700
Divinópolis	213.016	708,12	R\$28.667, 89	0,764
Igaratinga	9.264	218,34	R\$ 40.917,99	0,651
Itaúna	85.463	495,77	R\$ 37.279,29	0,758
Nova Serrana	73.699	282,47	R\$ 25.012,61	0,715
Perdigão	8.912	249,32	R\$ 20.635,24	0,703
Santo Antônio do Monte	25.975	1.125,78	R\$ 21.652,42	0,724
São Gonçalo do Pará	10.398	265,73	R\$ 19.321,65	0,689
São Sebastião do Oeste	5.805	408,09	R\$ 53.726,35	0,626
Total/Média	483.473	5.090,44	R\$ 31.665,73	0,704
Minas Gerais	19.597.330	586.513,98	R\$30.794,00	0,731
Brasil	190.755.799	8.510.345,54	R\$35.935,74	0,765

Transferências especiais e resultados eleitorais na microrregião de Divinópolis

Conforme dados disponibilizados pelo TRE-MG e pelo TSE, foram registradas 1.103 candidaturas para o cargo de deputado federal do Estado de Minas Gerais. Dessas, 51 são referentes a deputados federais candidatos à reeleição pelo Estado. Dos 53 deputados eleitos, 37 foram candidatos à reeleição. Em dados percentuais, pouco mais que 30% das cadeiras da Câmara Federal foram alteradas para representar Minas Gerais, permanecendo aproximadamente 70% dos deputados da legislatura anterior.

Na microrregião de Divinópolis, foram contabilizados 323.949 votos, sendo 71.432 votos nos candidatos que indicaram recursos através de Transferências Especiais aos 11 municípios que pertencem à microrregião. Tal valor representa 22,05% dos votos a deputado federal.

Dos 18 parlamentares que disponibilizaram os recursos, apenas Marcelo Aro não foi candidato à reeleição para o cargo de deputado federal. Ele se candidatou ao cargo de senador da República por Minas Gerais. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus arts. 46 e 47, para o Senado cada unidade da federação possui três representantes, sendo eleitos de forma majoritária, para um mandato de oito anos. A representação é alterada de quatro em quatro anos alternadamente, por um e dois terços (BRASIL, 1988). Assim, para o pleito de 2022 apenas um candidato foi eleito, considerando que o pleito de 2018 elegeu dois senadores. Nessas condições, Marcelo Aro não foi eleito, conseguindo apenas 19.057 votos nas 11 cidades da amostra, alcançando o terceiro lugar no pleito considerando todos os votos do Estado.

Para análise dos resultados é necessário estabelecer a associação proposta por este trabalho. Assim, o valor das emendas por Transferências Especiais está associado ao número de votos na amostra?

A seguir, a Tabela 2 apresenta os valores indicados e a votação nominal e situação de cada um dos 17 candidatos à reeleição.

Tabela 2. Transferências e Votos na Região. Fonte: Elaboração própria.

TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS		VOTAÇÃO		
Deputados	Emendas	Deputados – Sigla do Partido	Votos	Situação Eleitoral
Domingos Sávio	R\$ 2.800.000,00	Domingos Sávio – PL	26.045	Eleito
Aécio Neves	R\$ 2.050.000,00	Newton Cardoso Jr. – MDB	8.021	Eleito
Eduardo Barbosa	R\$ 1.840.000,00	Aécio Neves – PSDB	7.104	Eleito
Léo Motta	R\$ 869.993,00	Luis Tibé – Avante	6.760	Eleito
Greyce Elias	R\$ 700.000,00	Rogério Correia – PT	4.220	Eleito
Vilson da Fetaemg	R\$ 560.000,00	Eduardo Barbosa – PSDB	3.803	Suplente
Luis Tibé	R\$ 550.000,00	Vilson da Fetaemg – PSB	2.600	Não Eleito
Paulo Abi-Ackel	R\$ 550.000,00	Fred Costa – Patriota	2.589	Eleito
Fábio Ramalho	R\$ 550.000,00	Junio Amaral – PL	2.249	Eleito
Junio Amaral	R\$ 500.000,00	Léo Motta – Republicanos	2.230	Suplente
Pinheirinho	R\$ 500.000,00	Greyce Elias – Avante	2.074	Eleito
Rogério Correia	R\$ 500.000,00	Diego Andrade – PSD	1.083	Eleito
Newton Cardoso Jr.	R\$ 450.000,00	Paulo Abi-Ackel – PSDB	1.029	Eleito
Diego Andrade	R\$ 349.681,00	Fábio Ramalho – MDB	826	Suplente
Fred Costa	R\$ 300.000,00	Pinheirinho – PP	669	Eleito
Delegado Marcelo Freitas	R\$ 250.000,00	Delegado Marcelo Freitas – União	96	Eleito
Marcelo Aro	R\$ 50.000,00	Charles Evangelista – PP	34	Suplente
Charles Evangelista	R\$ 30.000,00			
TOTAL	R\$ 12.724.674,00	TOTAL	71.432	

Depois de apresentados os principais dados na Tabela 2, é necessário entendê-los. Da amostra, 17 candidatos à reeleição que indicaram emendas por Transferências Especiais na microrregião, apenas o candidato Wilson da Fetaemg não se elegeu. Ele obteve, em todo o estado, 54.280 votos, obtendo maior número de votos que o candidato eleito menos votado no Estado. Essa situação não é tão incomum quanto parece, conforme já indicado por Sanfelice (2010, p. 12). Para os cargos legislativos é adotado o Sistema Eleitoral Proporcional, e assim devido ao quociente partidário e eleições por média, o Candidato Wilson não conseguiu se eleger, já que seu partido não conseguiu uma cadeira na Câmara Federal.

Outro dado interessante é que excluindo o não eleito, dos 16 candidatos remanescentes, 12 se elegeram e quatro ficaram na suplência do cargo por seus respectivos partidos, perfazendo na amostra um resultado positivo de 70,59% de eleitos(as).

Analisando a Tabela 2 de forma analítica é possível estabelecer algumas associações. O candidato mais votado na amostra foi o candidato Domingos Sávio (PL) com 26.045 votos nominais, sendo também ele o parlamentar que destinou maior valor total de repasses na amostra, R\$ 2.800.000,00. Por outro lado,

o parlamentar que indicou menor valor de emendas, foi por sua vez o menos votado dentre os candidatos, sendo Charles Evangelista (PP) com apenas 34 votos e destinação de apenas R\$ 30.000,00.

A quantidade de votos obtida pelos candidatos pode ser comparada através do gráfico abaixo:

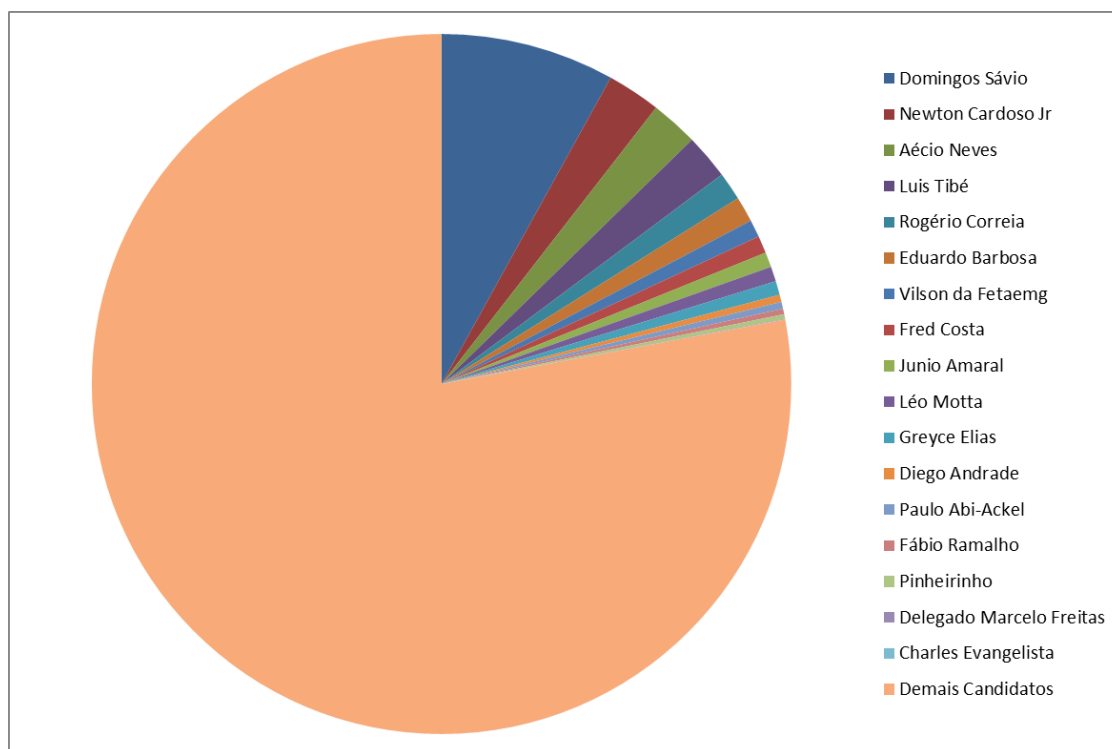


Gráfico 2. Votos na Microrregião de Divinópolis. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Como demonstrado anteriormente, a proporção de votos dos candidatos da amostra não alcançou $\frac{1}{4}$ dos votos considerando todos os candidatos ao pleito.

Através das informações já demonstradas, identificou-se de forma relativa a associação proposta por este trabalho. A partir deste ponto segue uma análise menos abrangente associada aos dados de cada um dos 11 municípios da amostra. Em cada um deles, foi analisado o candidato mais votado, independentemente da destinação de recursos e os candidatos que destinaram emendas.

Transferências Especiais e resultados eleitorais por município

No município de Carmo do Cajuru, o candidato majoritário foi Fabiano Tolentino, que não se elegeu. Ele também não foi deputado na última legislatura, portanto não destinou Transferências Especiais ao município. Os candidatos que destinaram Transferências Especiais foram Domingos Sávio e Aécio Neves.

Apresentamos abaixo tabela comparativa – Tabela 3 – de votos e emendas abrangendo os deputados que indicaram emendas especiais e candidato majoritário.

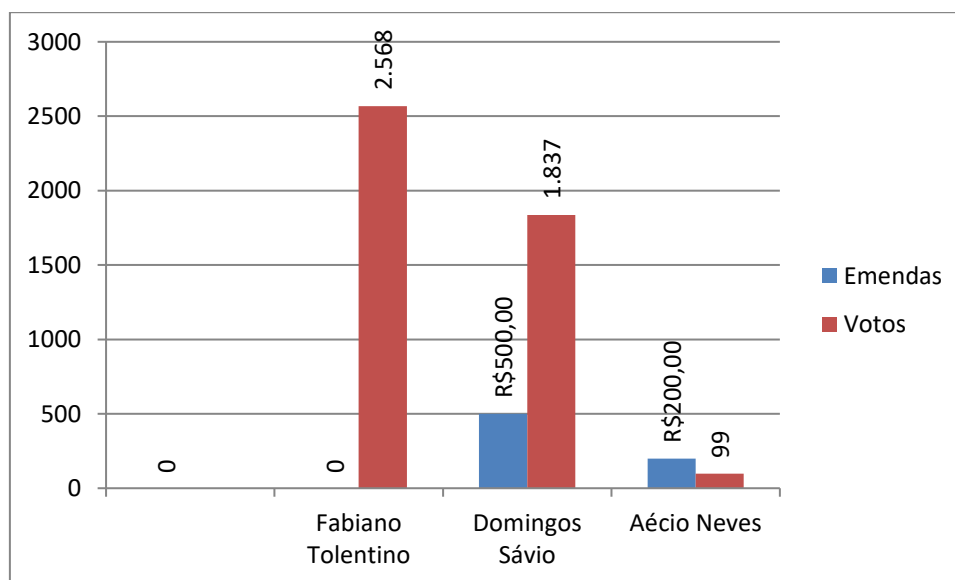
Tabela 3. Emendas x Votos – Carmo do Cajuru. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Fabiano Tolentino	-	2.568
Domingos Sávio	R\$ 500,00	1.837
Aécio Neves	R\$ 200,00	99
Total	R\$ 700,00	

Através da análise da Tabela 3, é possível identificar que a ordem decrescente dos candidatos no valor das emendas também acompanha a ordem decrescente dos votos, corroborando em partes com a hipótese desse trabalho, já que o candidato Fabiano Tolentino não faz parte da amostra por não ser candidato a reeleição e tão pouco por inexistência de mandato não indicou recursos na legislatura, sendo inserido na tabela apenas para fins comparativos.

Ao analisarmos o gráfico, é possível comparar o número de votos com o valor destinado pelos parlamentares, facilitando a visualização do disposto no parágrafo anterior. Nota-se, principalmente, a diferença entre os votos de Fabiano Tolentino e Domingos Sávio, mesmo o primeiro não tendo alcançado a eleição.

No município de Cláudio, o candidato mais votado foi o deputado Aécio Neves, sendo também ele o parlamentar com maior valor de Transferências Especiais. Em Cláudio, uma situação um pouco inusitada ocorreu, já que o candidato Charles Evangelista não recebeu nenhum voto, apesar de ter indicado emenda no valor de R\$30.000,00.

**Gráfico 3.** Emendas x Votos – Carmo do Cajuru. Fonte: Elaboração própria, 2022.

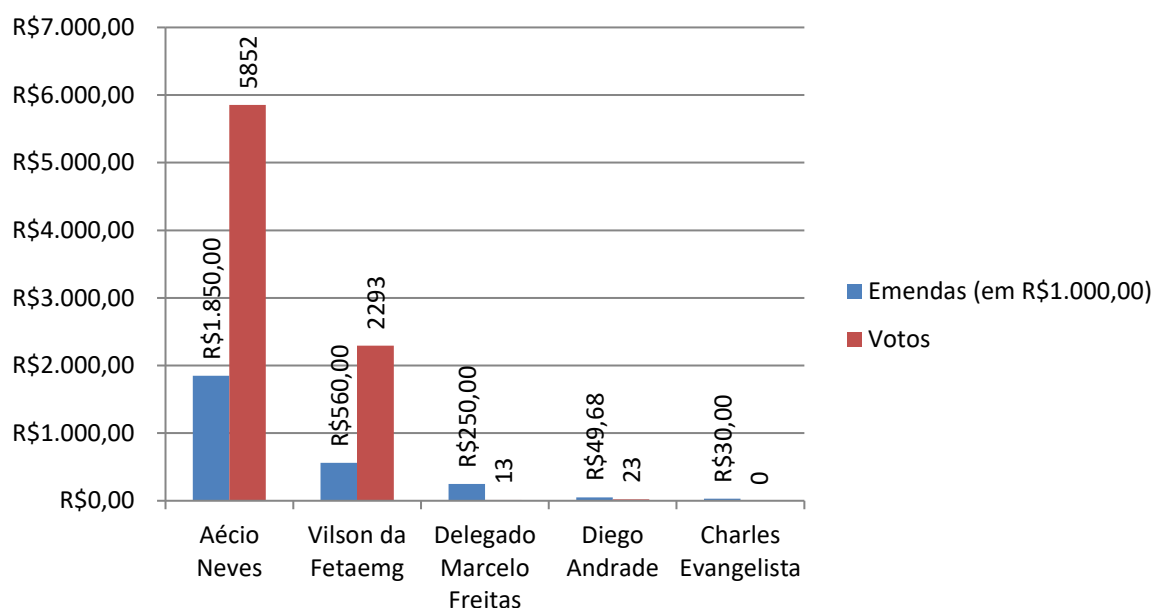
Abaixo apresentamos tabela comparativa – Tabela 4 – de votos e emendas abrangendo os deputados que indicaram emendas especiais.

Tabela 4. Emendas x Votos – Cláudio. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Aécio Neves	R\$ 1.850,00	5852
Vilson da Fetaemg	R\$ 560,00	2293
Delegado Marcelo Freitas	R\$ 250,00	13
Diego Andrade	R\$ 49,68	23
Charles Evangelista	R\$ 30,00	0
Total	R\$ 2.739,68	

O valor de emendas dos dois primeiros candidatos na ordem decrescente, Aécio Neves e Vilson da Fetaemg, também acompanha a ordem decrescente dos votos. Na amostra foram os dois candidatos receptores da maioria dos votos.

Pelo gráfico abaixo é possível entender a Tabela 4 de forma prática. No GRAF. 4 quase não se identifica a quantidade de votos e o valor das emendas dos candidatos Delegado Marcelo Freitas, Diego Andrade e Charles Evangelista, dado a grande diferença dos dois candidatos mais votados da amostra.

**Gráfico 4.** Emendas x Votos – Cláudio. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de Conceição do Pará, o candidato majoritário foi Newton Cardoso Jr., que não destinou Transferências Especiais ao município na atual legislatura, apesar de seu mandato como deputado federal. Eduardo Barbosa e Junio Amaral foram os candidatos que destinaram emendas.

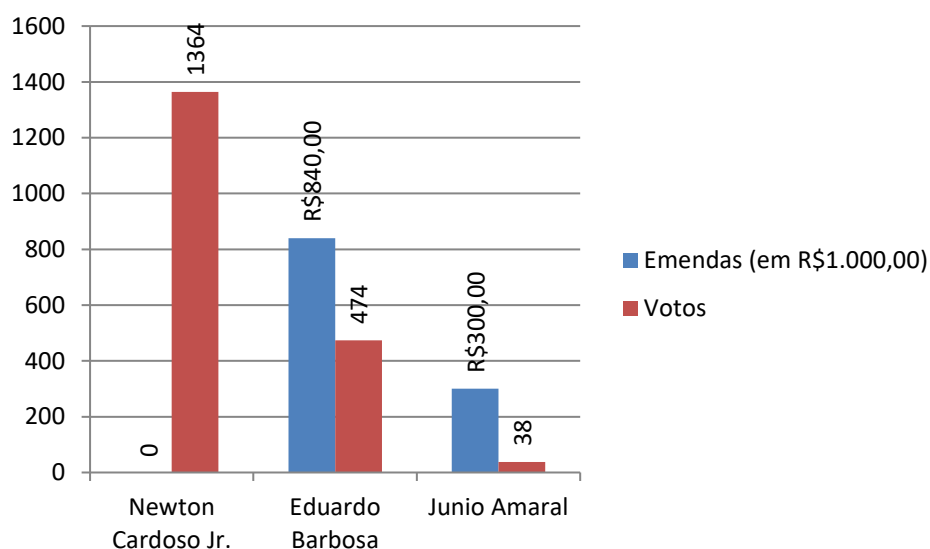
Abaixo apresentamos tabela comparativa – Tabela 5 – de votos e emendas abrangendo os deputados que indicaram emendas especiais e candidato majoritário:

Tabela 5. Votos x Emendas – Conceição do Pará. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Newton Cardoso Jr.	-	1364
Eduardo Barbosa	R\$ 840,00	474
Junio Amaral	R\$ 300,00	38
Total	R\$ 1.140,00	

Ao analisarmos a análise da Tabela 5, é possível identificar que a ordem decrescente dos candidatos no valor das emendas também acompanha a ordem decrescente dos votos, corroborando, assim, em partes com a hipótese desse trabalho, já que o candidato Newton Cardoso Jr. não faz parte da amostra, uma vez que, mesmo possuindo mandato na legislatura, não indicou recursos para o município de Conceição do Pará na modalidade Transferência Especial, que é analisada neste trabalho. O candidato foi inserido na tabela para fins comparativos.

Analisando o GRAF. 5, abaixo, é possível comparar o número de votos com o valor destinado pelos parlamentares. Nota-se a diferença de votos entre o majoritário e os demais candidatos, Eduardo Barbosa e Junio Amaral.

**Gráfico 5.** Votos x Emendas – Conceição do Pará. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de Divinópolis o candidato majoritário foi Nikolas Ferreira. Ele também não é deputado na atual legislatura e por não possuir mandato em nível federal não destinou recursos através de Transferências Especiais. Registra-se que ele é vereador no município.

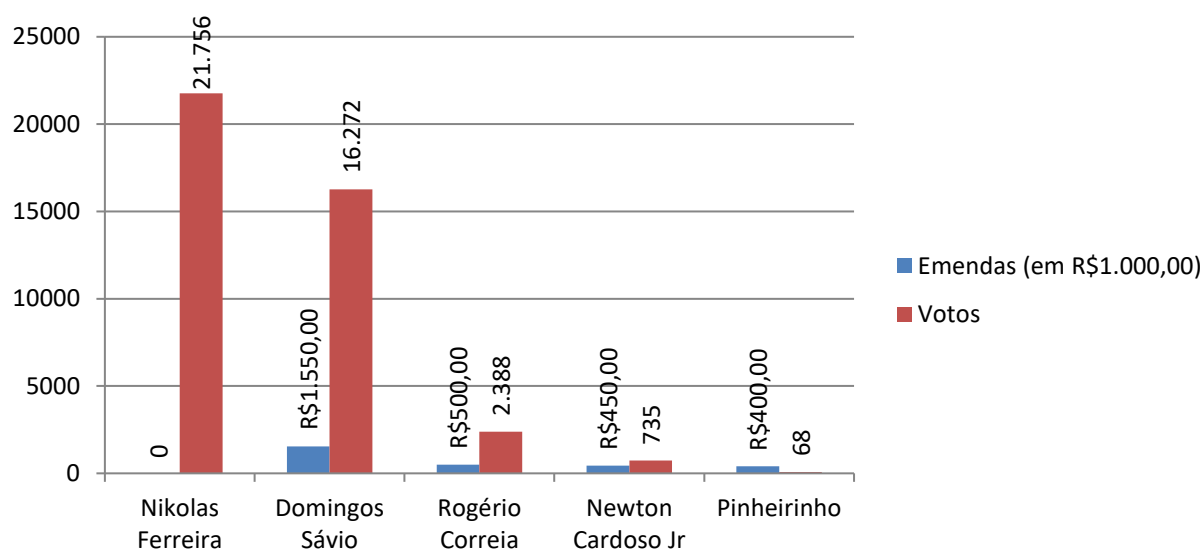
Abaixo apresentamos a tabela comparativa – Tabela 6 – de votos e emendas abrangendo os deputados que indicaram emendas especiais e candidato majoritário:

Tabela 6. Votos x Emendas – Divinópolis. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Nikolas Ferreira	-	21.756
Domingos Sávio	R\$ 1.550,00	16.272
Rogério Correia	R\$ 500,00	2.388
Newton Cardoso Jr	R\$ 450,00	735
Pinheirinho	R\$ 400,00	68
Total	R\$ 2.900,00	

Através da análise da Tabela 6, é possível identificar que a ordem decrescente dos candidatos no valor das emendas também acompanha a ordem decrescente dos votos, corroborando em partes com a hipótese desse trabalho, já que o candidato Nikolas Ferreira não faz parte da amostra por não ser candidato à reeleição a deputado federal e, por inexistência de mandato como tal, não indicou recursos na legislatura. Ele foi inserido na tabela para fins comparativos.

Analisando o gráfico, é possível comparar o número de votos com o valor destinado pelos parlamentares. Observa-se mais uma vez de forma clara e objetiva a associação do número de votos e valor de emendas representados pelo gráfico. Nota-se que a quantidade de votos do candidato Pinheirinho quase não aparece no gráfico, visto a diferença entre o número de votos dele e do candidato majoritário.

**Gráfico 6.** Votos x Emendas – Divinópolis. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de Igaratinga, o candidato mais votado foi Eduardo Barbosa, que também indicou maior valor em Transferências Especiais. Os outros dois parlamentares que indicaram emendas foram Léo Motta e Luis Tibé. Dentre eles, constatou-se uma inversão, já que Léo Motta destinou R\$ 150 mil,

enquanto Luis Tibé destinou R\$ 100 mil. Em relação aos votos, o segundo foi mais votado que o primeiro, com uma diferença de 407 votos no município.

Abaixo apresentamos tabela comparativa – Tabela 7 – de votos e emendas abrangendo os deputados que indicaram emendas especiais.

Tabela 7. Votos x Emendas – Igaratinga. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Eduardo Barbosa	R\$ 1.000,00	2426
Léo Motta	R\$ 150,00	276
Luis Tibé	R\$ 100,00	683
Total	R\$ 1.250,00	

Através da tabela é possível associar mais uma vez que o candidato mais votado na amostra foi aquele que destinou maior valor em Transferências Especiais, corroborando com a hipótese do trabalho. Além disso, vale destacar que Eduardo Barbosa foi majoritário no município, independentemente da amostra estudada neste trabalho evidenciando a importância das Transferências Especiais, que nesse caso compreenderam em R\$ 1 milhão. Outro dado interessante é que somados os votos dos outros dois candidatos da amostra, eles não alcançam o candidato majoritário, ficando ainda abaixo da metade de seus votos.

Analisando o GRAF. 7, a seguir, é possível visualizar de forma clara a inversão entre votos e valor de Transferências Especiais entre os candidatos Luis Tibé e Léo Motta, demonstrada anteriormente. Ademais a diferença de votos e emendas entre o majoritário e os demais, que foi evidenciada na explicação do parágrafo anterior, é visualizada de maneira clara e objetiva.

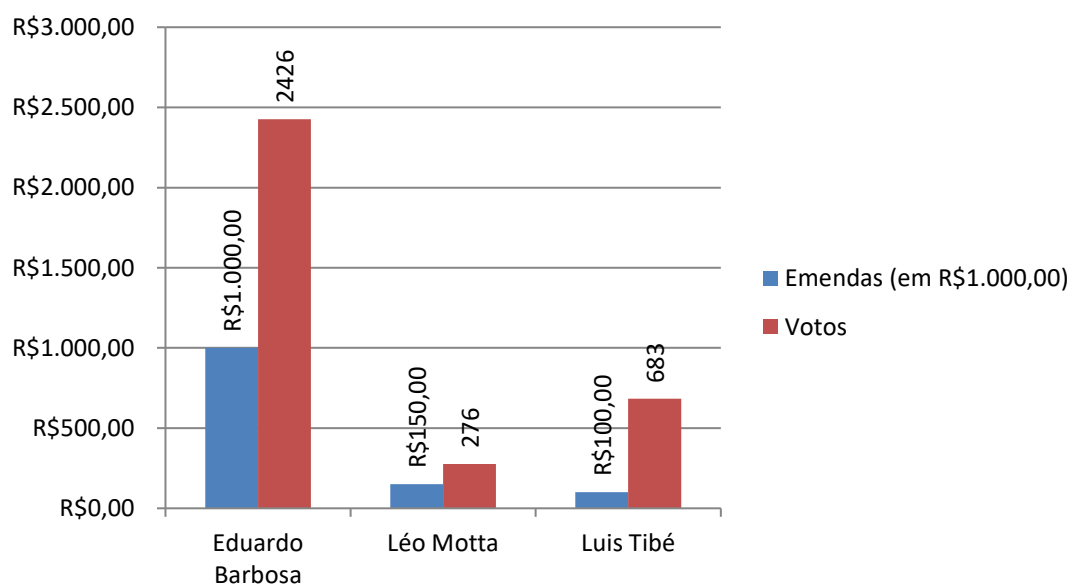


Gráfico 7. Votos x Emendas – Igaratinga. Fonte: Elaboração Própria, 2022.

No município de Itaúna, o candidato majoritário foi Osmando Pereira, que não se elegeu. O candidato não destinou emendas ao município, pelo fato de não possuir mandato de deputado federal na Legislatura 2019-2022.

Abaixo apresentamos tabela comparativa – Tabela 8 – de votos e emendas abrangendo os deputados que indicaram emendas especiais e candidato majoritário

Tabela 8. Votos x Emendas – Itaúna. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Osmando Pereira	-	10.194
Paulo Abi-Ackel	R\$ 550,00	816
Fred Costa	R\$ 300,00	869
Domingos Sávio	R\$ 200,00	559
Pinheirinho	R\$ 100,00	23
Total	R\$ 1.150,00	

Através da análise da Tabela 8 é possível identificar que a ordem decrescente dos candidatos no valor das emendas não acompanha a ordem decrescente dos votos, isto porque existe uma diferença de 53 votos que o candidato Fred Costa obteve a mais que o candidato Paulo Abi-Ackel, candidato com maior valor de Transferências Especiais. Essa situação essa é evidenciada pelo fato de o candidato Osmando Pereira não fazer parte da amostra por não ser candidato à reeleição e tão pouco por inexistência de mandato não indicou recursos na legislatura. Ele foi inserido na tabela para fins comparativos.

Através do GRAF. 8, a seguir, é possível visualizar todas as evidências constatadas anteriormente.

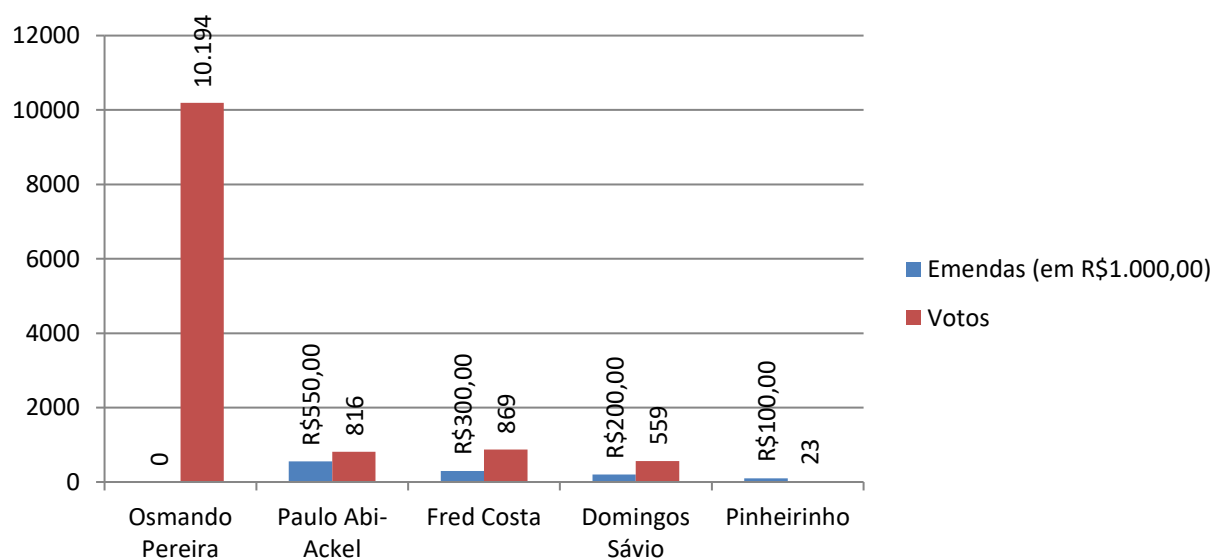


Gráfico 8. Votos x Emendas – Itaúna. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de Nova Serrana, o candidato majoritário também foi Nikolas Ferreira. Os parlamentares Léo Motta e Junio Amaral foram os que destinaram recursos através de Transferências Especiais. Na Tabela 9, abaixo, é possível identificar que a ordem decrescente dos candidatos no valor das emendas também acompanha a ordem decrescente dos votos, corroborando, mais uma vez, em partes, com a hipótese desse trabalho, já que o candidato Nikolas Ferreira não faz parte da amostra, pois ele foi inserido na tabela para fins comparativos.

Tabela 9. Votos x Emendas – Nova Serrana. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Nikolas Ferreira	-	16.897
Léo Motta	R\$ 219,99	1.733
Junio Amaral	R\$ 200,00	719
Total	R\$ 419,99	

Sistematizando os dados da tabela no GRAF. 9, a seguir, é possível visualizar que o valor das emendas dos dois candidatos se assemelha muito. Em contrapartida, os votos obtidos por Léo Motta são o dobro dos votos obtidos por Junio Amaral.

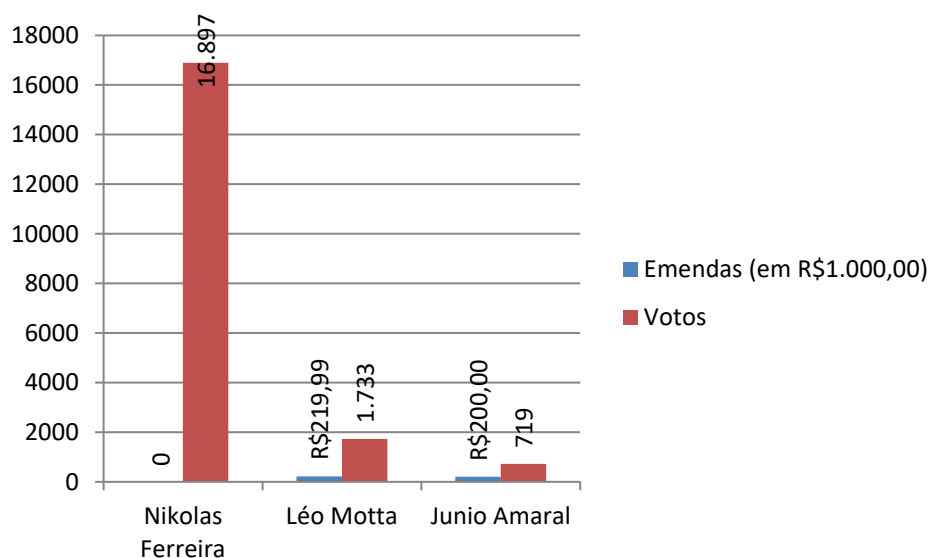


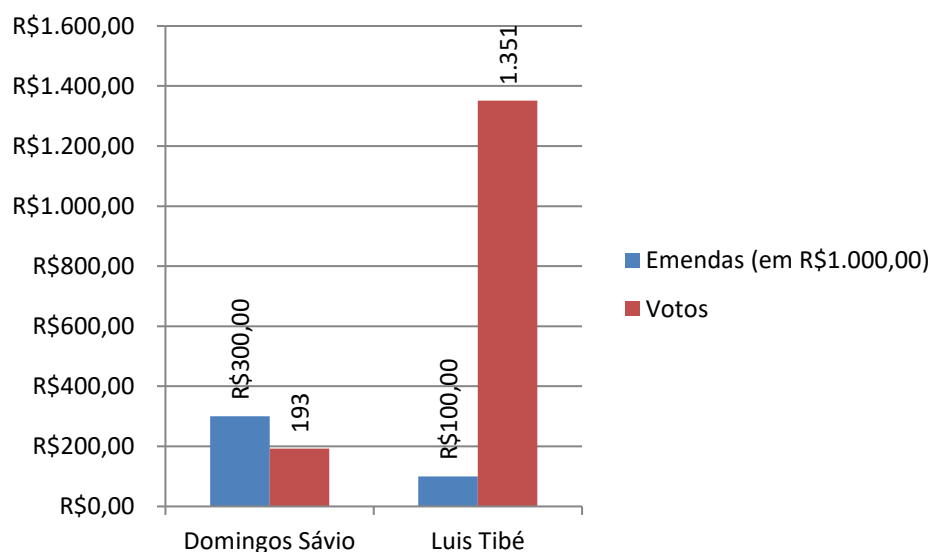
Gráfico 9. Votos x Emendas – Nova Serrana. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de Perdigoão, os parlamentares que destinaram Transferências Especiais foram os deputados Domingos Sávio e Luis Tibé, respectivamente em ordem decrescente. Já no pleito eleitoral, o candidato mais votado foi Luis Tibé, com uma diferença de 1.158 votos para o candidato Domingos Sávio, que enquanto deputado federal destinou R\$300 mil ao município através da modalidade estudada por este trabalho. Veja a Tabela 10.

Tabela 10. Votos x Emendas – Perdigoão. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Domingos Sávio	R\$ 300,00	193
Luis Tibé	R\$ 100,00	1.351
Total	R\$ 400,00	

A análise evidenciada anteriormente e pelos dados da Tabela 10 pode ser facilmente visualizada no GRAF. 10, a seguir. As diferenças entre os votos e emendas são nítidas quando comparamos as colunas de votos e emendas dos dois candidatos.

**Gráfico 10.** Votos x Emendas – Perdigoão. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de Santo Antônio do Monte, os parlamentares que destinaram Transferências Especiais foram a deputada Greyce Elias e o deputado Diego Andrade, respectivamente R\$ 700 mil e R\$ 300 mil. Dentre os dois candidatos da amostra, manteve-se a hipótese, como pode ser observado na Tabela 11, abaixo. Porém o candidato mais votado foi Domingos Sávio, com 4.446 votos nominais, que não indicou emendas através de Transferências Especiais, apesar de possuir mandato como deputado federal. Apesar de não fazer parte da amostra, o deputado Domingos Sávio foi inserido na tabela para fins de comparação.

Tabela 11. Votos x Emendas – Santo Antônio do Monte. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Domingos Sávio	-	4.446
Greyce Elias	R\$ 700,00	1.908
Diego Andrade	R\$ 300,00	232
Total	R\$ 1.000,00	

A comparação dos dados apresentados na Tabela 11 fica mais facilmente visível através da sua sistematização no GRAF. 11. Observe a seguir:

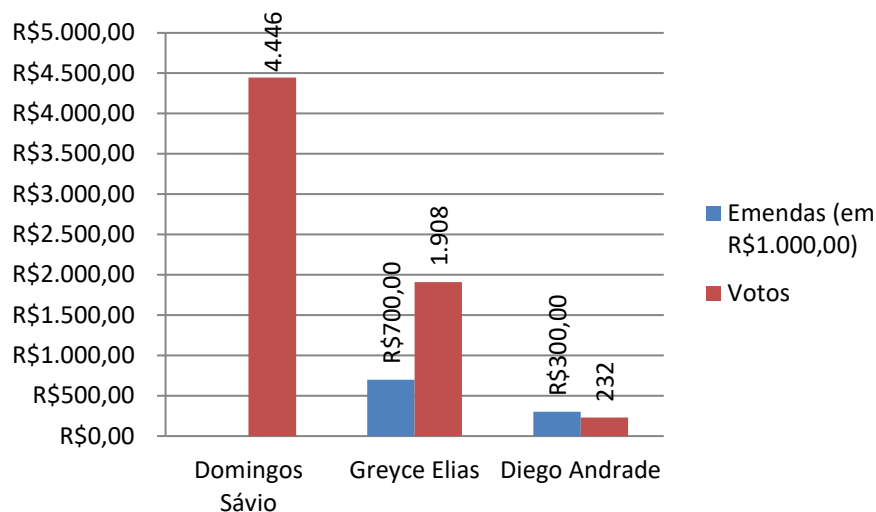


Gráfico 11. Votos x Emendas – Santo Antônio do Monte. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de São Gonçalo do Pará, os parlamentares que indicaram emendas foram Fábio Ramalho, Léo Motta e Luis Tibé, respectivamente em ordem decrescente. No quesito quantidade de votos, porém, pode-se verificar na Tabela 12 apresentada abaixo uma inversão, a saber: o candidato Luis Tibé foi o majoritário com 1.847 votos com, enquanto Léo Motta obteve apenas 15 votos.

Tabela 12. Votos x Emendas – São Gonçalo do Pará. Fonte: Elaboração própria.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Fábio Ramalho	R\$ 550,00	156
Léo Motta	R\$ 500,00	15
Luis Tibé	R\$ 200,00	1.847
Total	R\$ 1.250,00	

Através da sistematização da tabela no GRAF. 12, a seguir, mais um fato pode ser analisado. Apesar de o valor das emendas de cada parlamentar não ser tão superior que o outro, a diferença de votos é muito expressiva. A diferença entre os candidatos Luis Tibé e Fábio Ramalho, primeiro e segundo na ordem decrescente na quantidade de votos, é de 1.691 votos. Observe a seguir.

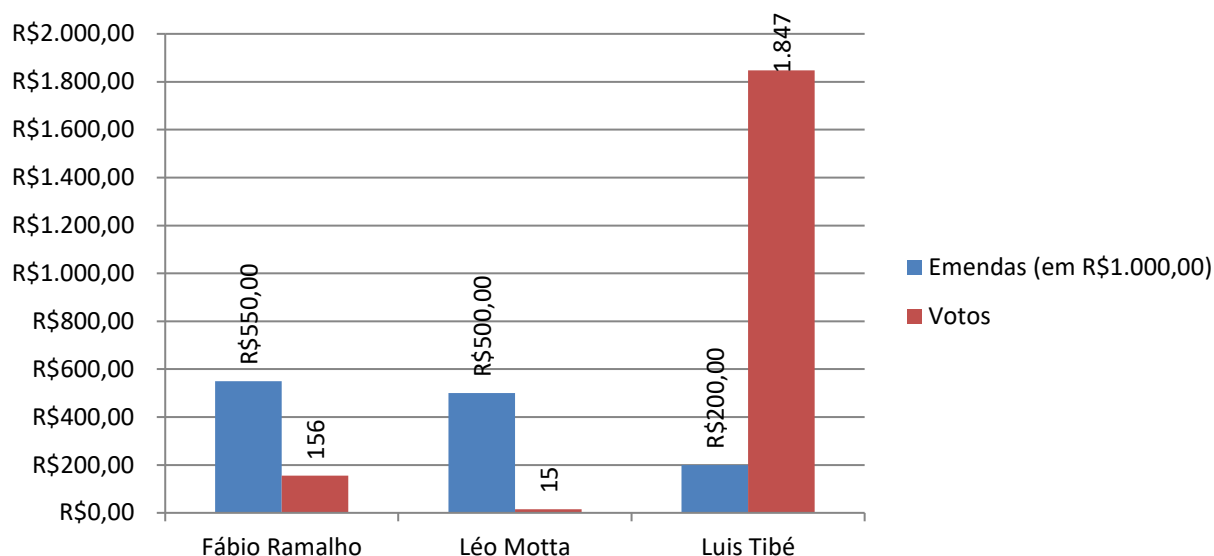


Gráfico 12. Votos x Emendas – São Gonçalo do Pará. Fonte: Elaboração própria, 2022.

No município de São Sebastião do Oeste, os parlamentares que destinaram Transferências Especiais foram Domingos Sávio e Luis Tibé. Domingos Sávio foi também o candidato majoritário conseguindo no pleito 1.169 votos. Ele foi o parlamentar que mais destinou Transferências Especiais, conforme pode-se observar na Tabela 13. O candidato Luis Tibé obteve apenas 10 votos no município, mesmo destinando R\$150 mil.

Tabela 13. Votos x Emendas – São Sebastião do Oeste. Fonte: Elaboração própria, 2022.

Deputados	Emendas (x R\$1.000,00)	Votos
Domingos Sávio	R\$ 250,00	1.169
Luis Tibé	R\$ 150,00	10
Total	R\$ 400,00	

Através do GRAF. 13, a seguir, é possível analisar as diferenças obtidas pelos votos dos candidatos. A diferença do valor das Transferências Especiais é razoavelmente pequena enquanto a diferença dos votos obtidos no pleito foi de 1.159 votos.

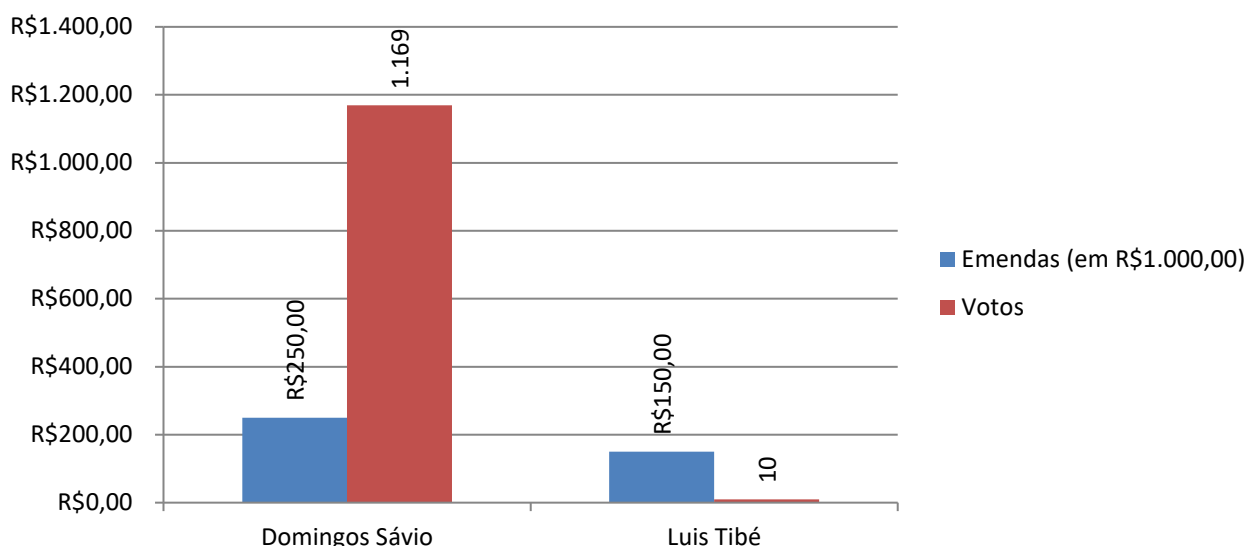


Gráfico 13. Votos x Emendas – São Sebastião do Oeste. Fonte: Elaboração própria 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar, de forma geral, dentre os candidatos que faziam parte da amostra, isto é, os 17 deputados que indicaram as Transferências Especiais aos 11 municípios da microrregião de Divinópolis, é possível considerar que a maioria deles conseguiu manter sua posição no cargo.

Outros fatores precisam ser analisados para entender por que os candidatos Vilson da Fetaemg, Charles Evangelista, Fábio Ramalho, Leo Motta e Eduardo Barbosa não foram eleitos, dentre eles o quociente parlamentar e, principalmente, as variâncias que não podem ser controladas.

Apoio a entidades e apoio de lideranças também são situações que interferem nos resultados das eleições e no valor de votos de cada candidato, bem como outras indicações orçamentárias realizadas pelos parlamentares. Outro fator preponderante são as alianças estabelecidas com candidatos a outros pleitos, tais como presidente da República.

Por outro lado, considerando a Tabela 2, é possível observar que a hipótese deste trabalho foi parcialmente corroborada. O parlamentar que mais indicou emendas orçamentárias pela modalidade Transferências Especiais foi o mais votado dentre os outros que também destinaram recursos. Em contrapartida, o que menos destinou emendas na microrregião foi o que recebeu menor número de votos nominais. Considerando-se todo o estado, ele não foi eleito.

Em cada uma das cidades da microrregião foi possível analisar os votos da amostra bem como fazer uma comparação com o candidato majoritário. De forma geral, analisando os dados por município, encontrou-se a seguinte situação: 1) dos 11 municípios, em oito deles, dentre os candidatos que indicaram emendas, o mais votado foi aquele que destinou maior valor em emendas; 2) dos 11 municípios, apenas em três deles o candidato majoritário do pleito foi aquele que destinou maior valor em emendas; 3) os parlamentares que destinaram maior número de emendas, entre os candidatos mais votados, apenas dois

não se elegeram, acontecendo a situação em três municípios: Igaratinga, Conceição do Pará e Nova Serrana.

Considerando o resultado por municípios, mais uma vez é possível aceitar a hipótese deste trabalho. Isto posto pelo fato da situação demonstrada no item 1 do parágrafo anterior. Conforme as informações, em 88% dos casos a destinação de emendas foi fator preponderante na escolha do candidato, considerando os candidatos da amostra.

Nos casos dos municípios Itaúna, Perdigo e São Gonçalo, em que o mais votado não foi aquele que destinou maior valor em emendas, é necessário realizar novo estudo considerando situações adversas para que possa entender o motivo da escolha do candidato pela população.

Os dados levantados nesse estudo reforçam a tese de que as emendas orçamentárias, destinadas por deputados, amplia sua visibilidade nas bases (Pereira; Rennó, 2003) e que os repasses financeiros são importantes para sobrevivência política do parlamentar (Lemos; Ricci, 2011). De modo geral, os dados evidenciam que a associação entre a indicação de transferência de recursos e o retorno eleitoral em votos é relevante.

Os resultados demonstram algumas exceções que, no entanto, já eram previstas na literatura. Nas cidades em que a maioria dos votos se concentrou em candidatos sem antecedentes de transferência de recursos, tal situação pode estar associada à existência de influentes cabos eleitorais a favor do candidato bem votado. Baião, Couto e Jucá (2018) ressaltam que entre os fatores que podem contribuir para o desempenho eleitoral consta a proximidade do candidato com o prefeito. Tais exceções só podem ser esclarecidas com estudos pontuais em cada município.

REFERÊNCIAS

- Almeida, D. P. B. de. Transferências especiais e incentivos parlamentares. Prêmio SOF de Monografias, 11. 2021/2022. Brasília, 2022.
- Ames, B.; Baker, A.; Rennó, L. 2008. The quality of elections in Brazil: policy, performance, pageantry, or pork? In: Power, T. J.; Kingstone, P. R. (Eds.). Democratic Brazil revisited. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 107-133 *apud* Baião, A. L.; Couto, C. G.; Jucá, I. C. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Rev. Bras. de Ciência Política, Brasília, 25, 47-86, 2018.
- Baião, A. L.; Couto, C. G.; Jucá, I. C. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Rev. Bras. de Ciência Política, Brasília, 25, 47-86, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jan. 2023.

- Cain, B.; Farejohn, J. A.; Fiorina, M. 1987. The personal vote: constituency service and electoral independence. Cambridge, Harvard University Press *apud Baião, A. L.; Couto, C. G.; Jucá, I. C.* A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Rev. Bras. de Ciência Política, Brasília, 25, 47-86, 2018.
- Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2014.
- Lago, I. C.; Rotta, E. Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil, 1998-2010. Rev. de Sociologia e Política, 22(49), 139-156, 2014.
- Lemos, L. B. De S.; Ricci, P. 2011. Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: o antes e o depois das eleições. In: Power, T.; Zucco, C. (Orgs.). O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG *apud Baião, A. L.; Couto, C. G.; Jucá, I. C.* A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Rev. Bras. de Ciência Política, 25, 47-86, 2018.
- Limongi, F.; Figueiredo, A. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao executivo e programas de governo. Rev. de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 48(4), 737-776, 2005.
- Pereira, C.; Renno, L. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. Electoral Studies, 22, 425-448, 2003 *apud Sanfelice, V.* Determinantes do voto para deputado federal: relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral. 2010. Dissertação. (Mestre em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.
- Richardson, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.

Índice Remissivo

A

Auxílio Brasil, 5, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83

B

Bolsa Família, 31, 66, 67, 68, 69, 72, 80, 81, 82, 83
bolsonaristas, 27, 40
Bolsonaro, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 68, 72, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83

C

campanha eleitoral, 11, 14, 47
Ciência Política, 16, 45, 63, 64, 70, 87
comportamento eleitoral, 5, 7, 66, 67
comportamento político, 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 20, 25, 26, 39, 41, 42, 70, 71
Cultura Política, 10

D

deputado federal, 43, 47, 48, 49, 53, 55, 57, 58, 59, 64

E

eleições 2022, 43
emendas orçamentárias, 5, 44, 46, 48, 62, 63, 64
entrevistas individuais, 18, 26, 28, 73, 74, 75
Escolha Racional, 10, 67, 70, 71, 74, 83
Estudantes, 69

I

inflação, 16, 67, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84

L

Lula, 14, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 75, 80, 81, 82, 83
lulistas, 27, 40

M

marketing político, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 34, 39, 40, 41, 42
microrregião de Divinópolis, 5, 7, 43, 44, 47, 48, 49, 62

O

opinião, 10, 13, 14, 18, 23, 28, 29, 32, 71

P

Plataforma Mais Brasil, 47, 48
publicidade eleitoral, 24

S

Sociologia, 64, 70, 87

T

Transferências Especiais, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62
Tribunal Superior Eleitoral, 47

Sobre o organizador



 **José Vitor Lemes Gomes** é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde 2018 atua como professor na Universidade do Estado de Minas Gerais onde leciona Sociologia, Ciência Política, Metodologia de Trabalhos Científicos e áreas afins. Além da docência José Vitor coordena projetos de pesquisa, bem como orienta Trabalhos de Conclusão de Curso. Os temas mais abordados pelo professor são relativos à Teoria Sociológica e ao Comportamento Político. Contato: vitorlemes.cso@hotmail.com

A democracia só é viva quando os(as) cidadãos(ãs) participam da sua construção. Nossa democracia não pretende ser perfeita. Sabe-se que ela não é um regime sem defeitos ou problemas, mas de todas as formas de poder conhecidas, ela tem se mostrado vigorosa, uma vez que ela permite aos(às) cidadãos(ãs) sentirem-se parte importante dela.

ISBN 978-65-85756-08-2



9786585756082



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br